

4 TRADUÇÕES FEMINISTAS

Tornar o feminino visível na língua significa fazer com que as mulheres sejam vistas e ouvidas no mundo real. E o feminismo é isso.

Susanne de Lotbinière-Harwood

A literatura acadêmica que trata da relação entre gênero e linguagem tem se ampliado nas últimas décadas. Desde o final da década de 1960 – momento em que se inaugura a chamada “era do feminismo” – não só os estudiosos da linguagem, mas também de várias outras áreas do conhecimento como a psicologia e a literatura, por exemplo, passaram a ter um interesse cada vez maior nos estudos sobre gênero, principalmente nos Estados Unidos e no Canadá. A característica interdisciplinar dos estudos sobre gênero está também presente nos estudos da tradução. Neste capítulo, farei uma breve reflexão articulando os dois campos, consciente de que não será fácil resumir em poucas páginas as questões mais pertinentes.

Devido a seu caráter político muito evidente e à referência deliberada a termos como “subversão” e “manipulação” da tradução, a tradução feminista é um tópico que me intrigou assim que tive acesso aos primeiros textos sobre o assunto, a saber, os de Marie-France Dépeche (2002) e de Luise Von Flotow (1991). Decidi estudá-lo mais a fundo por acreditar que a atividade que as feministas chamavam de “tradução” talvez devesse se enquadrar em outro tipo de reescrita, em razão de seu caráter altamente transformador e produtor de novos significados. Logo de início tive uma preocupação: será que os leitores dessas traduções estão cientes de tamanha transformação? Confesso, minha primeira impressão foi preconceituosa e o incômodo gerado pelo preconceito me motivou a pesquisar.

À medida que fui lendo os textos que descrevem essa atividade, a maior parte deles escritos por mulheres feministas, percebi que o contexto em que se desenvolve tal atividade tradutória feminista é bastante amplo: ela pode ser considerada como um elemento, dentre vários outros, da luta político-ideológica do movimento feminista. Assim, essa atividade não pode ser analisada a partir de

uma perspectiva meramente lingüística mas, principalmente, a partir de uma perspectiva histórica e política.

Meu objetivo aqui é apresentar, em linhas gerais, a atividade tradutória das feministas de forma a podermos avaliar em que medida sua manipulação do texto de partida é excessiva ou exagerada, em que nível há ou não uma preocupação das tradutoras em informar o leitor sobre essa manipulação, e também a pensarmos sobre o efeito dessa atividade na tentativa de se definirem fronteiras para a tradução e diferenciá-la de outras formas de reescrita.

4.1 Gênero e linguagem

É importante situar a teoria e a prática da tradução feminista nos dois campos maiores que a compreendem, os estudos de gênero e os estudos da linguagem.

Gênero

O termo “gênero” é usado pelas feministas para expressar não somente as diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas principalmente para se referir a características que tanto homens como mulheres adquirem e os papéis que assumem a partir do contexto sócio-cultural em que se inserem. As primeiras feministas usavam o termo para tratar, especificamente, das imposições sociais sobre a mulher. Embora, de modo geral, o termo também se refira à construção dos papéis e às características masculinas específicas de um dado período histórico e de diferentes culturas e/ou sociedades, neste trabalho “gênero” estará se referindo à mulher e “ao resultado do processo social que transforma as crianças do sexo feminino em meninas, e depois em mulheres” (Von Flotow, 1997, p.5).

O movimento feminista do final da década de 1960 entendia o gênero como sendo a “base da subordinação das mulheres na vida pública e privada e era visto como um fenômeno que afeta todas as mulheres” (Ibid., p.6). Elas consideravam que a noção de gênero era responsável por definir artificialmente várias diferenças entre homens e mulheres. Para elas a diferenciação entre gênero e sexo é da maior relevância:

O sexo é biológico: os seres humanos e a maioria dos seres vivos são fisiologicamente fêmea ou macho. O gênero é socialmente construído: refere-se aos papéis sócio-sexuais, modos de se vestir, sistemas de valores e ordem simbólica aprendidos, impostos sobre os indivíduos pela cultura dominante de acordo com seu sexo de nascimento. [...] Contrariamente ao que o sistema social heterossexista nos teria feito crer, os papéis de gênero e comportamentos designados não são “naturais”. (Lotbinière-Harwood, 1991, p.100)

A luta do movimento feminista conseguiu fazer com que questões relativas ao gênero fossem incluídas e levadas em conta nas discussões de diversos campos da ciência. Como bem explica Von Flotow:

O gênero passou a ser reconhecido como uma importante categoria analítica, bem como um fator que gera impacto em decisões empresariais, instituições educacionais e políticas governamentais. É reconhecido como uma sub-estrutura básica da sociedade que deve ser examinada, entendida e analisada em suas muitas formas e funções. (1997, p.8)

Linguagem

Porque vivemos sob o significante fálico, todas as mulheres são bilíngües. Falamos a língua dominante d’ “ele/homem” e nossa(s) própria(s) língua(s) emudecida(s).

Susanne de Lotbinière-Harwood

A linguagem verbal é central para as feministas em sua agenda política, pois, segundo as principais teóricas, a língua é um dos espaços mais importantes de subordinação da mulher pelo homem. Para tentar combater e resistir a essa dominação, elas investigam o uso da linguagem pelas mulheres e o efeito da linguagem patriarcal sobre a manutenção do *status* inferiorizado das mulheres em relação aos homens.

Para elas, não há como dissociar a linguagem do gênero porque “o comportamento lingüístico é um dos papéis de gênero aprendidos e desempenhados por homens e mulheres em nossas sociedades” (Lotbinière-Harwood, 1991, p.100). Ou seja, o comportamento lingüístico não é natural, faz parte da construção social do indivíduo.

Na tentativa de desnaturalizar essa relação gênero/linguagem, o movimento feminista, ao longo da história, adotou duas abordagens relativas à linguagem patriarcal e ao uso da linguagem pela mulher. Von Flotow utiliza a classificação de Cameron (1985) para identificá-las como reformista e radical.

A abordagem reformista consistia em ver a língua convencional como um *sintoma* da sociedade que a produziu, aceitando-a como possivelmente reformável, se prevalecessem as boas intenções. A abordagem radical era ver a língua convencional como uma importante *causa* da opressão das mulheres, o meio pelo qual as mulheres eram ensinadas e passavam a ter conhecimento de sua posição subordinada no mundo. (1997, p.8)

A abordagem reformista realizou medidas que se propunham a lutar pela representação das mulheres na língua – dentre elas “a criação de cartilhas de linguagem ‘não-sexista’, oficinas e cursos educativos sobre o uso da língua” (Von Flotow, 1997, p.8) – mas, como o próprio nome diz, eram medidas não-estruturais, de reforma e não revolucionárias. Para as adeptas da abordagem radical, essas medidas não eram suficientes, já que elas se sentiam “excluídas, insultadas ou trivializadas pela linguagem patriarcal convencional” por entenderem que a língua era “feita para refletir a vida dos homens, suas realidades e suas idéias” (Ibid.) e deixava de fora a realidade das mulheres. A única solução, segundo elas, seria um “remendo” da linguagem, de forma que a mulher e suas peculiaridades passassem a ser representadas na língua. Essa nova forma de usar a língua deveria desconstruí-la e reconstruí-la para que passasse a ser utilizada como uma arma nas mãos das mulheres e não dos homens.

Assim, durante toda a década de 1970 e desde então, escritoras feministas passaram a realizar um trabalho experimental em seus textos numa tentativa de criticar a língua(gem) patriarcal e criar uma nova forma de expressão na qual as mulheres, suas realidades, seus sentimentos e experiência pudessem ser manifestos.

Cada escritora feminista envolvida nesse projeto de revolução da linguagem *falocêntrica* (termo cunhado pelas feministas) parece ter utilizado estratégias diferentes de inovação e transformação da linguagem patriarcal, mas pelo menos dois pontos parecem permear o trabalho de todas elas: a) o reconhecimento da língua convencional como masculina e opressora da mulher – inclusive criaram o neologismo *malestream*, em lugar de *mainstream*, para indicar a presença predominante da perspectiva masculina nas línguas – e b) a constatação do emudecimento da mulher na linguagem, na história da literatura e nas ciências de modo geral.

Contra esse emudecimento, reivindica Lotbinière-Harwood:

O feminismo perturba os esquemas patriarcais. Nossa infidelidade é ao código de silêncio imposto sobre a mulher desde os tempos pré-“históricos” e à forma como

a estória é tradicionalmente contada. Ao se manifestarem, as feministas foram além do “lugar da mulher”, e fizeram nossa língua estrangeira ser ouvida pela primeira vez. (1991, p.95)

Von Flotow apresenta um bom exemplo da ideologia masculina subjacente à linguagem convencional, neste caso a língua francesa padrão:

No Quebec, Louky Bersianik demonstrou com facilidade o viés masculino do francês padrão: sua personagem l'Euguelionne, uma criatura que chega na terra vinda do espaço e descreve o que ela encontra, fica impressionada com a definição de *virile*. O *Petit Robert* declara inicialmente que *virile* designa qualidades típicas, ou mesmo exclusivas dos homens (“propre à l’homme”), e passa a listar essas qualidades como “actif, énergique, courageux, etc.” (ativo, enérgico, corajoso). L'Euguelionne fica perplexa por essas características serem designadas como exclusivamente masculinas e se pergunta se as mulheres não têm tais qualidades. (1997, p.10)

4.2

A tradução e a mulher: tradução-mulher

Sou tradução porque sou mulher.

Susanne de Lotbinière-Harwood

A metáfora não é minha. Desde sempre a tradução tem sido comparada à mulher. As feministas só fizeram dar ênfase a essa analogia que associa o papel secundário da mulher na sociedade ao trabalho derivativo da tradução. Ambas relegadas “à mesma posição de inferioridade discursiva” (Simon, 1996, p.1).

Lori Chamberlain oferece uma importante contribuição ao estudo das metáforas femininas para a tradução. Em seu texto “Gender and the metaphors of translation”, ela mostra como as diferentes metáforas usadas tradicionalmente para se referir à tradução são ligadas à mulher. Segundo ela, isso ocorre porque, assim como a mulher, a tradução é considerada como tendo papel de reprodução, um papel inferior àquele de produção, que está ligado ao homem e ao texto original.

Como têm demonstrado as pesquisas feministas realizadas em várias disciplinas, a oposição entre trabalho produtivo e reprodutivo organiza a forma como a cultura valoriza o trabalho: esse paradigma expressa originalidade ou criatividade em termos de paternidade e autoridade, relegando a figura da mulher a uma soma de papéis secundários. (Chamberlain, 1992, p.57)

Dentre as várias metáforas e analogias entre mulher e tradução analisadas por Chamberlain, escolhi apenas duas expressões, considerando o escopo limitado

deste trabalho, porém acredito que elas são suficientemente representativas da relação tradução/mulher.

A primeira delas é a conhecida expressão *les belles infidèles* – “como as mulheres, diz o adágio, as traduções ou são belas ou são fiéis” (Ibid., p.58). Embora a metáfora tenha sido cunhada para indicar “a idéia de que a língua francesa não era inferior às línguas grega e latina” e para mostrar o quanto os tradutores franceses valorizavam em suas traduções a “harmonia sonora e o respeito à cultura franceses” mesmo que fosse necessária “a utilização de acréscimos, alterações e omissões” (Rolim, 2006, p.51), os termos são explicitamente machistas e representam a visão dominante de uma sociedade. A autora explica que a metáfora remete ao casamento e ao papel da mulher nessa instituição.

Para *les belles infidèles* [as belas infiéis], a fidelidade é definida por um contrato implícito entre tradução (como mulher) e original (como marido, pai, ou autor). Entretanto, esses critérios diferenciados funcionam aqui como podem ter funcionado nos casamentos tradicionais: a mulher/tradução “infiel” é publicamente julgada por crimes que o marido/original é por lei incapaz de cometer. Esse contrato, em suma, impossibilita que o original seja culpado de infidelidade. (Chamberlain, 1992, p.58)

Essa metáfora cunhada por *Ménage* ainda no século XVII continua sendo representativa de nossa sociedade atual, reforçando a idéia de “fidelidade como oposto de beleza, ética, como o oposto de elegância, o enfadonho cumprimento da obrigação moral como incompatível com a felicidade estilística (ou conjugal)” (Simon, 1996, p.10).

A segunda expressão analisada pela autora é *mother tongue* (língua materna). O termo não evoca diretamente a tradução, mas está intimamente ligado a ela por se referir à língua. Chamberlain problematiza essa metáfora questionando algumas reflexões de Schleiermacher, na sua defesa da manutenção das características da língua materna (língua-fonte) nos textos traduzidos. O teórico alemão compara a tradução a filhos legítimos, não bastardos, que devem carregar os traços da (língua) mãe:

o tradutor, como pai, deve ser fiel à mãe/língua para que gere filhos legítimos [...]. Porque a língua materna é concebida como natural, qualquer adulteração – qualquer infidelidade – é vista como não natural, impura, monstruosa e imoral. (Chamberlain, 1992, p.61)

De acordo com a autora, embora haja uma preocupação evidente com a pureza da língua materna “sua referência a filhos bastardos deixa claro que (...) ele está também preocupado com a paternidade do texto. ‘Legitimidade’ tem pouco a ver com maternidade e mais a ver com o reconhecimento institucional da paternidade” (Ibid.).

Quanto a essa expressão “língua materna”, Suzanne Jill Levine faz um comentário também crítico que reflete uma ilusão de poder da mulher sobre a língua: “O termo ‘língua materna’ é uma metáfora enganosa: as mães podem ser as primeiras a ensinar a fala ao bebê, mas ela está somente passando para ele ou ela a língua paterna” (1992, p.80).

Ou seja, mesmo no momento em que há uma aparente valorização da mulher, como mãe, no caso do segundo exemplo, é sempre a figura masculina que detém o poder. Ambas as analogias refletem o poder do homem de determinar a legitimidade dos filhos. De acordo com Chamberlain, todo o “sistema metafórico” que apresenta a tradução como feminina está ligada à disputa pelo poder:

No sistema metafórico aqui examinado, o que o tradutor reivindica para “si mesmo” é exatamente o direito à paternidade; ele reivindica um falo porque esta é a única forma, num código patriarcal, de reivindicar legitimidade para o texto. (Chamberlain, 1992, p.67)

A referência a esse estudo de Chamberlain tem o propósito de mostrar, a partir de uma perspectiva feminista, que a tradução é constantemente comparada à mulher, seja como mãe, como filha, como amante ou como esposa. Tais comparações implicam a manutenção da tradução como trabalho secundário e menor em relação ao original, assim como a manutenção da hegemonia masculina na linguagem e na inferiorização da mulher na sociedade.

A partir dessa identidade entre tradução e mulher, as tradutoras feministas têm explorado a atividade tradutória como um importante elemento de sua luta político-ideológica. No momento em que a mulher rompe com os padrões convencionais de fidelidade e faz da tradução um espaço de criação de significados, ela está reivindicando também a valorização da mulher na sociedade, o reconhecimento da mulher para além do papel secundário que tradicionalmente ocupou.

4.3 As tradutoras feministas e as estratégias de combate

A tradução, nesta teoria do discurso feminista, é produção, não reprodução.

Nicole Brossard

Apresentarei a seguir algumas estratégias utilizadas por tradutoras feministas que têm se envolvido no projeto de subverter a língua via tradução em sua luta pela visibilidade discursiva da mulher.

a) Aliteração

Levine é a tradutora de *La Habana para un infante difunto*, do escritor cubano Guillermo Cabrera Infante. Além dessa tradução, que será o exemplo utilizado aqui para mostrar algumas de suas estratégias tradutórias, Levine também traduziu escritores como Manuel Puig, Severo Sardui e Reinaldo Arenas. A escolha desses escritores foi feita, segundo Levine, pelo fato de serem escritores marginais, de serem “dissidentes de um modo mais corrosivo, cavando até as raízes (rotas)⁵ da hipocrisia, até a própria matéria na qual nossa consciência é inscrita, ou seja, a língua” (1992, p.79). Levine considera que esses autores marginais têm mais liberdade com a linguagem, e, nesse sentido, encontra uma afinidade entre eles e seu trabalho. Ela reconhece: “‘marginalidade’ e ‘dissidência’ também são palavras utilizadas para definir o lugar feminino na história e na cultura” (Ibid., p.80). Ela não deixa de se questionar quanto ao seu papel de mulher tradutora traduzindo literatura escrita por homens: “serei duplamente traidora”? Ela mesma responde:

Uma vez no domínio do discurso verbal, sendo nós dissidentes ou não (mulher, artista etc.), todos temos de usar a ‘matéria e os métodos’ do chamado código patriarcal, mesmo se nossa intenção é questionar, parodiar, destruir e refazer. (Ibid.)

Levine traduz a obra acima referida para o inglês, intencionalmente traíndo o original – ela se apresenta como a “tradutora fielmente infiel de Infante” (Ibid., p.75). A respeito do título, ela explica que sua tradução *Infante’s inferno* é bastante oportuna “por sua aliteração alusiva, paródica: este livro é uma viagem

⁵ Na citação original em inglês, as palavras “root” (raiz) e “route” (rota) têm a mesma pronúncia, o que configura um jogo de palavras, que é característico do estilo de redação de Levine.

dantesca para a Havana da juventude de Infante [...] Dante ante Infante” (Ibid., p.76).

Levine entende que a atividade tradutória deve necessariamente subverter o original devido ao “que é perdido e pode ser ganho no cruzamento da barreira lingüística, em razão da inevitável releitura que ocorre ao se transpor um texto de um contexto para outro”. Mas, além do inevitável, das releituras inerentes à atividade tradutória, Levine brinca com a língua abusando de aliteraões e jogos de palavras inexistentes no original. O uso de aliteraões é, para ela, uma forma de mostrar que a língua não é um meio de comunicação transparente – “aliterar é zombar de convenções de propriedade e glorificar as palavras como objetos misteriosos: subverter a semântica, colocar o som antes do sentido é um tipo de libertação”. Além disso, ela afirma que a aliteração, por ser um recurso mnemônico, tem tudo a ver com o livro que está traduzindo, um livro de memórias que está sempre descrevendo as lembranças do autor. E ainda explica que o recurso da aliteração dá um toque de sensualidade ao texto: “em aliteração as palavras literalmente copulam umas com as outras” (1992, p.78). A sensualidade e a pornografia são temas recorrentes no romance de Infante.

No texto em que Levine explica sua tradução da obra de Cabrera Infante, “Translation as (sub)version: on translating *Infante's inferno*” (1992) ela oferece pouquíssimos exemplos de como essas estratégias de fato aparecem no texto traduzido, o que me deixou curiosa para cotejar sua tradução com o original e identificar tais peculiaridades. Apesar disso, o texto que escreve para descrever esse processo é, ele próprio, cheio de aliteraões, jogos de palavras e ironias – o que me faz crer que, de fato, sua teoria percorre toda a sua prática de escrita.

b) Jogo de Palavras (*pun*)

Nicole Brossard é uma das mais importantes escritoras feministas da contemporaneidade e se tornou internacionalmente conhecida por seu vanguardismo nas técnicas de subversão da linguagem patriarcal. Seu trabalho serve de exemplo para muitas outras escritoras feministas. Um nome que aparece muito associado a seu trabalho é o de Barbara Godard, tradutora de algumas de suas obras. A escrita experimental de Brossard envolve uma mistura de prosa e poesia, a criação de vários neologismos e a abordagem de temas voltados para a crítica do papel da mulher na sociedade.

Seu livro *L'Amèr* retrata a imagem da mãe patriarcal: “a mãe patriarcal é a mulher reduzida à reprodução, a mulher cuja criatividade e individualidade são sufocadas por esse trabalho forçado, não reconhecido, e que está propensa a sufocar seus próprios filhos como resultado disso” (Von Flotow, 1997, p.15). Como observa Von Flotow:

O título de Brossard, *L'Amèr*, é um neologismo que contém pelo menos três termos em francês: *mère* (mãe), *mer* (mar), e *amèr* (amargo). Ele representa a preocupação da autora com a maternidade como uma experiência amarga e amargurante, e reflete uma das imagens importantes do pensamento feminista que relaciona as mulheres à água, à natureza cíclica e fluida do mar. (Ibid.)

Esse livro foi traduzido para o inglês por Barbara Godard, que explica no prefácio à tradução que os jogos de palavras, não só os do título mas também outros presentes no texto, são um desafio à tradução para o inglês. Os jogos de palavras são formados a partir da semelhança de sonoridade entre elas e isso requer do tradutor a criação de um jogo diferente que possa provocar um efeito semelhante. Também há a diferença entre a língua inglesa e a francesa na forma de indicar o gênero das palavras. A marca de gênero no inglês é muito menos freqüente do que no francês e isso demanda a busca de estratégias muito criativas no momento de traduzir. Um exemplo é o da palavra francesa *laboratoire*. Brossard decide omitir o “e” final do termo – este “e” final, em francês, geralmente indica que a palavra está no feminino –, grafando-o *laboratoir*, para demonstrar a ausência das mulheres nas atividades científicas. O mesmo “e” final é excluído de *L'Amèr*, para sublinhar a articulação entre o silenciamento da mulher e o caminho em direção a uma gramática neutra (Dépêche, 2005, p.296).

A explicação dada pela tradutora, no prefácio, referente ao título do livro em francês – *L'Amèr* – é de que ela executa uma sobre-tradução, de forma que em inglês o título fica assim:

The  ea
our
mothers

“The Sea Our Mothers” + “Sea (S)mothers + (S)our mothers” (Von Flotow, 1991, p.76).

Em português: “O mar nossas mães” + “o mar sufoca” + “mães amargas”.

A tradutora esforça-se para manter o jogo de palavras e, levando em conta o tema do livro, ela acrescenta à leitura a idéia do sufocar (*smothers*), que não aparece no título em francês. Podemos observar que o jogo de palavras nesse exemplo apresenta uma dificuldade inerente à atividade tradutória. Nesse tipo de situação, a tradutora não tinha alternativa senão ser inventiva. Mesmo que não desejasse adotar uma estratégia subversiva teria necessariamente de criar algo que se afastasse do original, pelo desafio que um jogo de palavras impõe a qualquer tradutor. Portanto, pode-se restringir à idéia de sufocamento uma intervenção tipicamente autoral.

O uso de jogos de palavras como meio de desconstrução lingüística – como o *L'Amèr* de Brossard – é um artifício usado também por outras escritoras e tradutoras feministas, como Mary Daly, por exemplo. Essa tradutora, porém, usa os jogos de palavras de forma diferente da de Brossard porque ela se baseia mais nos “fenômenos culturais do que lingüísticos” (Ibid., 1997, p.16). Ela utiliza expressões idiomáticas comuns, mas muda uma palavra ou outra para causar surpresa no leitor e, ao mesmo tempo, desconstruir o sentido que sempre foi atribuído a uma dada expressão – por exemplo, *big strong women* (literalmente “mulheres grandes e fortes”). Esse termo parece ser um tipo de paródia com a expressão *big strong men* (“homens grandes e fortes”). Daly retoma e retorce uma imagem da mulher americana presente no imaginário da maioria delas, construído socialmente durante as décadas de 1960 e 1970, da mulher como *daddy's little girl* (“a garotinha do papai”) ou *little lady* (“mulherzinha”) que precisam da proteção dos *big strong men*. Ao subverter o jogo original, ela surpreende o leitor e mostra que a mulher é forte, não depende da proteção e do cuidado dos homens (Ibid.).

c) Pacto especular

A tradutora feminista e estudiosa da tradução Nicole Brossard também usa uma estratégia que Dépêche chama de “pacto especular”. Trata-se da “criação de textos em *duo*, entre duas línguas, entre dois lugares, ou melhor, em *hors-lieu* (não-lugar) onde reina a (inter)subjetividade feminina” (Dépêche, 2005, p.297). Esse tipo de trabalho é realizado em *Mauve* e em *Character/Jeu de lettres*, que foram escritos em co-autoria por Nicole Brossard e Daphne Marlatt. Segundo

Dépêche essa “atividade lúdica, com ressonâncias múltiplas” foi batizada por Lotbinière-Harwood como *transformance*:

amálgama de *transformation* e *performance* [...], sendo a troca do sufixo *-tion* em *-ance* uma mudança que marca a ação/processo, ao contrário do resultado, sempre procurado pelas traduções tradicionais. (Ibid.)

Mudando o foco do resultado final para o processo da tradução, Brossard pretende mostrar que o resultado é fruto de um processo criativo, que envolve um mediador humano que não é neutro, que tem uma voz e toda uma bagagem que inevitavelmente se reflete no texto traduzido. Ou seja, é uma forma de tornar visível a tradutora, também mulher. Como definiu Godard,

transformance pode ser chamado, para enfatizar o trabalho de tradução, o foco no processo de construção de significado, na atividade de transformação, um tipo de performance (1990, p.90)

d) Censura, correção e paratexto/metatextualidade

Susanne de Lotbinière-Harwood, feminista canadense do Quebec, passou a fazer traduções literárias quando trabalhava como jornalista e escreveu uma matéria sobre o cantor e poeta Lucien Francoeur. Bilíngüe desde a infância, e fã de rock, ela ficou impressionada com a habilidade do artista em conseguir “dobrar a língua francesa para se encaixar na batida do rock” (Lotbinière-Harwood, 1991, p.95). A feminista traduziu poemas de Francoeur e chegou a ser premiada pela tradução de “Neons in the night”. Apesar disso, o contato de três anos com a obra dele – que dentre outras coisas, trata de sexo, desejo, mulher – e os elogios recebidos por sua tradução a fizeram se questionar quanto à razão de alguns dizerem que sua tradução era até melhor que o próprio poema original. Lotbinière-Harwood se deu conta de que ela traduzia a partir da perspectiva masculina, como se fosse um homem olhando para uma mulher: “Eu era *ele* olhando para *ela*, espiando por debaixo de sua saia, desejando sua genitália e a odiando por isso. Forçada pelo ponto de vista do poema, pela língua, pela minha profissão a desempenhar o papel de um *voyeur*” (Ibid., p.97).

A tradutora entrou em crise; embora naquela época ainda não se considerasse feminista e não conhecesse as teorias feministas, sentia-se incomodada com os poemas masculinos:

As palavras de poetas homens com frequência me enchiam de dúvidas, mas enquanto traduzia Francoeur mergulhei numa profunda depressão centrada na linguagem. Após passar três anos no *imaginaire* desse poeta, em tamanha intimidade lingüística, é de se espantar que eu acabasse me perdendo na tradução? (Ibid.)

A partir de então, Lotbinière-Harwood não só se tornou feminista como também nunca mais traduziu nenhuma obra literária escrita por homens. Para ela, a tradução feminista deve destacar a presença da mulher no mundo e na linguagem. Sua censura é relativa à presença dominante do masculino na linguagem. Para lutar contra isso, além de não traduzir literatura masculina, a tradutora feminiza suas traduções. Quando são escritas em francês, de forma neutra ou “genérica” (ou seja, no gênero masculino, assim como no português), ela faz questão de traduzir para o inglês transformando tudo em feminino.

Até mesmo ao traduzir textos feministas escritos por mulheres, Lotbinière-Harwood subverte a linguagem de forma que o feminino fique mais presente. Em sua tradução de *Lettres d'une autre*, de Lise Gauvin, Lotbinière-Harwood escreve um prefácio explicando mudanças realizadas ao longo do texto e, defendendo com todo o vigor sua intervenção, a tradutora “não mitiga suas medidas intervencionistas com explicações sobre seu desconforto ou tristeza em relação à linguagem patriarcal: *ela assume o direito de mudar o que não pode aprovar*” (Von Flotow, 1997, p.29, grifo meu). Vejamos este trecho do prefácio, também citado por Von Flotow:

Prezado(a) leitor(a),
Apenas algumas palavras para que saiba que esta tradução é uma reescrita no feminino do que eu li originalmente em francês. Não falo de conteúdo. Lise Gauvin é feminista e eu também. *Mas não sou ela*. Ela escreveu no genérico masculino. *Minha prática de tradução é uma atividade política que visa a fazer a língua falar pelas mulheres*. Portanto, minha assinatura numa tradução significa: esta tradução utilizou toda estratégia possível de tradução feminista para tornar o feminino visível na língua. Porque tornar o feminino visível na língua significa fazer com que as mulheres sejam vistas e ouvidas no mundo real. E o feminismo é isso. (Ibid., grifos meus)

A tradutora não procura identificar-se com a autora e/ou ausentar-se como vemos acontecer com a maioria dos tradutores comprometidos com a fidelidade ou desejosos de que suas traduções sejam uma representação o mais próxima possível do original. A transgressão para essa tradutora é um direito que ela tem por não aprovar o que é dito no original.

Em seu livro *Re-belle et infidèle/The body bilingual* ela chega a sugerir formas de “sexizar” e “desneutralizar” a língua inglesa, que é uma língua cuja marca de gênero não aparece de forma tão evidente como no francês e no português (1991, p.112-119).

Um outro caso de uso de paratexto em traduções feministas é a versão inglesa de *La lettre aérienne*, de Brossard, traduzido por Marlene Wildeman, na qual esta escreve notas de pé de página não necessariamente relativas à sua tradução, mas acrescentando informações que a autora não havia dado. Dépêche, em seu artigo “A tradução como ato político”, ao apresentar esse exemplo, explica:

a tradutora atribui *le corps certain* (o corpo determinado) a Roland Barthes, em *Le plaisir du texte*, sem que jamais a autora tivesse abordado este aspecto, e Marlene Wildeman, em uma longa nota, chega a dar as páginas correspondentes, na versão inglesa de Barthes. (Ibid., p.296)

4.4 **Algumas complementações teóricas**

Devo concordar com Levine quando ela afirma que “qualquer ensaio sobre tradução pode se tornar uma lista infinita de exemplos, já que a teoria deve estar subordinada à prática” (1992, p.76). De fato, eu poderia escrever páginas e páginas reunindo exemplos de estratégias feministas de tradução. Não cabe fazê-lo, mas creio que aqueles aqui apresentados já nos oferecem uma idéia geral da forma como as tradutoras feministas percebem o processo tradutório e como suas teorias se manifestam na prática. Ainda assim, apesar dos exemplos práticos já dizerem muito das teorias que os norteiam, creio que vale ressaltar ainda algumas delas, já que podem não ter ficado evidentes por meio dos exemplos acima.

Como pudemos verificar, as teorias que dão base à atividade manipuladora e subversiva das tradutoras feministas são as teorias contemporâneas da tradução que não estão centradas no conceito de equivalência como igualdade, como “o mesmo”, mas que percebem a tradução como invenção, transformação do original. Assim, podemos identificar a influência das teorias pós-estruturalistas – ou talvez de uma determinada compreensão dessas teorias – na constante referência à infidelidade e à liberdade do tradutor relativamente ao texto-fonte. Como explica

Von Flotow, “todo o projeto pós-estruturalista de questionar metanarrativas, desafiar verdades definitivas e explorar a relatividade do significado obrigou a tradução a se tornar uma operação criativa” (1991, p.80).

Ou seja, entendendo a tradução como “operação criativa”, e não como “mera recriação” (Godard), as teorias feministas querem elevar o papel da tradução ao nível de tarefa criativa e produtora de significados, e com esse movimento, metaforicamente, promover a visão da mulher não como mera reprodutora, como tendo tarefa secundária na sociedade, mas como produtora. É interessante destacar a expressão “mera recriação” porque ela diz muito sobre a redefinição do traduzir pelas feministas. O termo “recriação”, na minha opinião, já é indicativo de uma autonomia do texto traduzido em relação ao universo de partida. Entretanto, este termo não é suficiente para as feministas afirmarem sua independência em relação ao texto original, “mera recriação” é menos que “operação criativa”, este sim o tipo de reconhecimento que reivindicam para a tradução.

Como afirma Chamberlain,

a transformação da tradução de uma atividade reprodutora em uma atividade produtora, de um trabalho secundário em um trabalho original, indica o código dos direitos da tradução como direitos de propriedade – sinais de riqueza, sinais de poder” (1992, p.66).

A questão do poder está muito presente no discurso teórico das feministas. A meu ver, elas entendem que a tradução está (ou deveria estar) no mesmo patamar hierárquico que o texto original. Assim, inspiradas em Jacques Derrida, utilizam a idéia de tradução como escrita produtora. Chamberlain afirma que

ao argumentar a interdependência de escrever e traduzir, Derrida subverte a autonomia e o privilégio do texto ‘original’, vinculando-o a um impossível mas necessário contrato com a tradução e fazendo com que cada qual seja devedor do outro” (Ibid., p.70).

E essa relação na qual um “é devedor do outro” leva a um outro importante conceito derridiano para as tradutoras feministas, o de *double bind*. Novamente citando Chamberlain, “essa teoria deve se basear não no modelo de família do conflito edipiano, mas no duplo sentido da tradução como colaboração, no qual o autor e o tradutor são vistos trabalhando juntos, tanto no sentido cooperativo como subversivo” (1992, p.70 e 71).

Essa tensão entre cooperação e subversão nos faz lembrar de alguns exemplos de jogos de palavras e neologismos apresentados acima, os quais demonstram essa “mistura”, se é que posso chamar assim, de original com tradução, apontando a possibilidade de muitos significados em uma só palavra, em uma só expressão. Sabemos que qualquer tradução tem o seu grau de hibridez e que isso é uma característica intrínseca à tradução. Como já disse Berman a tradução “é relação ou não é nada” (2002, p.16).

O que diferencia uma tradução, nos moldes em que defendo neste trabalho, da chamada tradução feminista é exatamente o *grau de hibridez e de intervenção*. Essa perspectiva de gradação é muito importante para a reflexão a que esta dissertação se propõe, pois pode apontar para um caminho não essencialista, mas, não exacerbadamente relativista.

Temos então delineada uma perspectiva teórica da tradução feminista que pretende explicitar a diferença e ao mesmo tempo criar um elo entre as mulheres de todo o mundo, indo além das fronteiras nacionais e lingüísticas:

Contaminação e combinação em um texto feminista traduzido serve de apoio para o entendimento das mulheres através das barreiras de língua e cultura. Além disso, esses fatores demonstram a recusa das feministas em optar por um único significado, e, portanto, enfatiza a multiplicidade e o fato de que é às vezes impossível, até destrutivo, decidir entre um e outro. (Von Flotow, 1997, p.45)

É importante identificar que o que permeia todos os argumentos teóricos das feministas é a *infidelidade* ao original como meio de protestar a favor da infidelidade da mulher para com o homem, a favor da *autonomia* em contraposição à subordinação predominante. Assim, na perspectiva feminista, traduzir de forma ética supõe o combate ao conceito de fidelidade e a manipulação da linguagem dessa forma radicalmente intervencionista, pois assim estariam contribuindo para o reconhecimento do papel da mulher na sociedade e para a igualdade dos direitos entre os sexos. A infidelidade por elas proclamada e realizada diz respeito ao desejo de subverter a ordem masculina, falocêntrica e as teorias logocêntricas sobre a linguagem. Como afirma Dépêche, em oposição ao “papel atribuído à tradução, de transparência e pretensa neutralidade, é que as teorias e práticas das tradutoras feministas iluminam-se como procedimentos paródicos e processos subversivos” (2005, p.273). Por meio do rompimento do

compromisso com o autor e com o texto original, a mulher pode romper também com o compromisso de se manter submissa ao homem.

As feministas querem subverter a fidelidade do texto traduzido para com o original porque essa atitude, por si só, já demonstra sua posição contra a fidelidade obrigatória da mulher em relação ao homem. No momento em que a mulher não aceita a posição secundária da tradução, ela protesta também contra a posição secundária da mulher em relação ao homem. (Dépêche, 2005, p.278)

Trata-se, sem dúvida, de uma compreensão da tradução como crítica de texto e crítica do mundo.

[O discurso feminista] busca expor os modos ideológicos de percepção por meio de uma ampliação de mensagens na qual a experiência coletiva e individual se origina a partir de uma postura crítica contra os contextos sociais do patriarcado e sua linguagem. Assim, o texto feminista gera uma teoria de texto como transformação crítica. (Godard, 1990, p.88)

Como podemos perceber diante do que foi analisado, as tradutoras feministas têm um compromisso que percorre toda a sua atividade: o de subverter a linguagem para que fale em favor das mulheres. A infidelidade ao texto original é premissa fundamental para levar adiante sua agenda política.

No início deste capítulo, expliquei que gostaria de “apresentar, em linhas gerais, a atividade tradutória das feministas” para, dentre outros objetivos, “pensarmos sobre o efeito dessa atividade na tentativa de se definirem fronteiras para a tradução e diferenciá-la de outras formas de reescrita” (v. p.43). Assim, após o percurso pelas diferentes estratégias adotadas pelas tradutoras feministas e pelas justificativas teóricas por elas oferecidas para dar embasamento à sua prática, percebo que, de fato, a prática tradutória feminista impõe um enorme desafio à tentativa de se definir um “campo conceitual próprio” para a tradução na teoria e na prática, se o que denominamos “tradução” abrange também práticas tão transformadoras e produtoras de significados tão novos em relação ao texto original. Com base no ideário pós-moderno, as feministas entendem que a identidade da atividade tradutória se amplia e passa a incluir praticamente todos os tipos de reescrita. A afirmação de Godard resume essa percepção:

Sob a luz dessa reescrita, o conceito de tradução é ampliado para incluir imitação, adaptação, citação, pastiche, paródia – todos diferentes modos de reescrita: em resumo, todas as formas de interpretação de trabalhos e discursos. (1990, p.93)

Para as feministas, talvez seja impossível usar a tradução como instrumento de sua luta político-ideológica sem realizar as manipulações que realizam e sem se afastarem tanto do texto original, porque, em sua perspectiva, não só o original, mas a própria linguagem precisam ser transformados, reformados, subvertidos. Sua luta consiste nisso, e se suas traduções não realizam tal feito, elas deixam de ter utilidade nessa luta. A questão que problematizo não é a legitimidade dessa prática em termos políticos, mas terminológico-conceituais. Ou seja, questiono o uso do termo “tradução” para denominar tais práticas.